

BOLETIM NEAAPE

v.08 n.01 - abr. 2024



BOLETIM NEAAPE
ISSN 2594-6935

O Boletim NEAAPE divulga análises sobre o processo decisório de política externa de distintos países, bem como sobre temas que integram as agendas de política exterior. A publicação tem periodicidade quadrimestral e é composta por editorial e textos dirigidos a leitores interessados em ter acesso rápido a informações de qualidade sobre temas contemporâneos.

A publicação é vinculada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP/UERJ).

É permitida a reprodução deste boletim e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

CORPO EDITORIAL

Conselho Editorial

Fernanda Cristina Nanci Izidro Gonçalves
Leticia de Abreu Pinheiro
Maria Regina Soares de Lima

Editor Executivo

Eduardo Morrot Coelho Madureira

Editora Adjunta

Stephanie Braun Clemente

Editoria de Redação

Anna Karolinne de Holanda Ribeiro
Beatriz Silva Flores dos Santos
Débora Bedim Loures
Eduardo Morrot Coelho Madureira
Fernanda de Abreu Appolinário
Ghaio Nicodemos Barbosa
Guilherme de Jesus France
Guilherme Marques Campbell
Juliana Pinto Lemos da Silva
Stephanie Braun Clemente



Instituto de Estudos Sociais e
Políticos Universidade do Estado do
Rio de Janeiro Rua da Matriz, 82 -
Botafogo
CEP: 22260-100
Rio de Janeiro – RJ
(21) 2266-8300



SUMÁRIO

4

Editorial

Fernanda Nanci Gonçalves

6

Posições brasileiras frente ao conflito Israel-Hamas: um olhar sobre as perspectivas do governo e da oposição

Anna de Holanda

Ghaio Nicodemos

18

As mudanças na diplomacia brasileira em relação à Venezuela: a tentativa de mediação da disputa pelo Essequibo

Débora Bedim Loures

Stephanie Braun clemente

EDITORIAL

Novos tempos, velhos desafios

Fernanda Nanci Gonçalves¹

Ao assumir a presidência em janeiro de 2023, o presidente Lula da Silva anunciou que seria um tempo de união e reconstrução no país. Tais esforços se dariam em um amplo espectro de políticas públicas, incluindo a política externa, tão desgastada durante o governo anterior, de Jair Bolsonaro.

Desde que assumiu a presidência, Lula, com efeito, mobilizou esforços para reposicionar a imagem do Brasil no mundo, resgatar as credenciais diplomáticas e mostrar que o país voltaria a exercer um papel ativo em organizações internacionais e a defender a primazia do multilateralismo. Como reflexo dessa retomada de uma política externa ativa, o atual presidente passou, apenas em 2023, 62 dias no exterior, visitando 15 países, empreendendo ações diplomáticas que resultaram em 57 acordos bilaterais nas mais diversas áreas².

Para além dos resultados bilaterais, o impulso dado à política externa pelo atual governo resultou em convites para os principais eventos globais, como a Cúpula do G7, além de disposição para sediar grandes eventos internacionais, como o G-20 que ocorrerá este ano no Rio de Janeiro, e a COP-30 que será realizada em Belém do Pará em 2025.

Contudo, apesar do atual governo mostrar que novos tempos surgiram na política externa, pondo fim à condução nefasta desta política por parte de Bolsonaro, persistem velhos desafios à inserção internacional do Brasil.

Nesta edição do Boletim NEAAPE, a primeira de 2024, nossos pesquisadores e pesquisadoras se dedicam a explorar dois destes desafios da política externa: a polarização doméstica sobre os rumos internacionais a serem seguidos pelo país e a dificuldade do Brasil se posicionar como um mediador em crises envolvendo a Venezuela na região.

A polarização de grupos políticos domésticos sobre opções de política externa já foi alvo de alguns artigos de nosso Boletim e é acompanhada de perto por nossos pesquisadores e pesquisadoras, que fazem um cuidadoso trabalho de monitoramento. Neste número, Ghaio Nicodemos e Anna de Holanda exploram a disputa política que se formou entre governo e oposição acerca de qual deve ser a posição do governo brasileiro em relação ao conflito entre Israel e Hamas. Ao analisar esse assunto que ainda reverbera em âmbito nacional, analisam a

¹ Coordenadora do NEAAPE.

² Poder 360. Lula gastou R\$ 65,9 mi em 62 dias de viagens ao exterior em 2023. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/governo/lula-gastou-r-659-mi-em-62-dias-de-viagens-ao-exterior-em-2023/>>. Acesso em: 24. jun. 2024.



posição oficial do governo Lula e discutem como a disputa se expressou no Congresso Nacional, com as convocações do chanceler Mauro Vieira e o pedido de *impeachment* do presidente. Ademais, evidenciam que alguns atores subnacionais, como os governadores de São Paulo e Goiás, também buscaram atuar na questão, viajando para Israel em março de 2024 para expressar seu apoio ao governo israelense.

Já o tema do papel do Brasil enquanto um mediador na região é explorado por Débora Bedim Loures e Stephanie Braun Clemente em artigo em que analisam a disputa pela região de Essequibo travada pelos países vizinhos, Venezuela e Guiana. Apesar do tradicional papel de mediador que o Brasil busca desempenhar nas suas relações internacionais, vimos que nos últimos anos os governos Dilma Rousseff, Michel Temer e Jair Bolsonaro não posicionaram o país como uma voz ativa na região e, em especial, na crise que assola a Venezuela. Em busca de reposicionar o Brasil como um elo integrador da sub-região, o governo Lula vem dando sinais de que está disposto a mediar o imbróglio entre a Venezuela e a Guiana, porém, como explorado pelas autoras no artigo, o Brasil tem tido dificuldades no exercício desse papel e se mostrado mais contido no que se refere à política venezuelana, afastando-se de sua postura mediadora.

Desse modo, com reflexões sobre esses novos tempos e os desafios que se impõem, convidamos todos e todas a lerem esta edição!

Recebido para publicação em 24 de junho de 2024.



Posições brasileiras frente ao conflito Israel-Hamas: um olhar sobre as perspectivas do governo e da oposição

*Anna de Holanda*¹

Ghaio Nicodemos²

Introdução

No dia 7 de outubro de 2023, após o maior ataque do Hamas, grupo militar palestino, contra o território israelense, com 1139 vítimas fatais e 247 reféns³, o governo de Israel, em retaliação, deu início a sucessivos bombardeios e incursões militares contra a Faixa de Gaza. Até o momento, o conflito entre as partes acarretou a morte de mais de 34 mil pessoas, cerca de 78 mil feridos, 10 mil desaparecidos e mais de 1,9 milhão de desabrigados no território palestino⁴. Tanto o ataque do Hamas quanto a subsequente ofensiva militar israelense repercutiram internacionalmente e geraram manifestações políticas por parte do governo brasileiro, que condenou ambos. Apesar disso, um alinhamento político da oposição, liderada pelo ex-presidente, Jair Bolsonaro, aliado ideológico do primeiro-ministro israelense Benjamin Netanyahu, tornou o conflito um tema presente na crítica contra a atual política externa brasileira. A oposição ao presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, manifestou sua aversão às posições oficiais assumidas pelo Ministério das Relações Exteriores em diversas ocasiões e se mobilizou contra declarações sobre o conflito feitas pelo presidente da república.

O presente artigo analisa a disputa política que se formou no Brasil sobre qual deveria ser a posição do governo em relação ao conflito entre Israel e Hamas. Na primeira seção buscaremos analisar quais foram as principais decisões do governo brasileiro frente ao conflito, sobretudo durante a presidência rotativa no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) no mês de outubro de 2023, durante o início do conflito. Na segunda seção, analisaremos como as divergências entre os governos brasileiro e israelense foram expressas domesticamente pela oposição, que mobilizou o conflito para se promover politicamente e contestar as posições

¹ Anna de Holanda é graduanda em Relações Internacionais na UERJ e pesquisadora no NEAAPE.

² Ghaio Nicodemos é Doutor em Ciência Política pelo IESP-UERJ e pesquisador no NEAAPE. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3353084711481297>. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-1866-1646>.

³ France 24. Israel social security data reveals true picture of Oct 7 deaths, 15/12/2023. Disponível em: <https://www.france24.com/en/live-news/20231215-israel-social-security-data-reveals-true-picture-of-oct-7-deaths>. Acesso em 18. jun. 2024; Times of Israel. IDF says it has notified families of 242 hostages being held in Gaza, 02/11/2023. Disponível em: https://www.timesofisrael.com/liveblog_entry/idf-says-it-has-notified-families-of-242-hostages-being-held-in-gaza/. Acesso em 18. jun. 2024.

⁴ TV Cultura. Atuação de Israel na Faixa de Gaza já deixou mais de 34,6 mil mortos, 06/05/2024. Disponível em: https://cultura.uol.com.br/noticias/65986_atuacao-de-israel-na-faixa-de-gaza-ja-deixou-mais-de-346-mil-mortos.html. Acesso em 18. jun. 2024; Reuters. UN rights chief warns of heightened risk of 'atrocities crimes' in Gaza, 06/12/2023. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/middle-east/un-rights-chief-warns-heightened-risk-atrocities-crimes-gaza-2023-12-06/>. Acesso em 18. jun. 2024.

formais da diplomacia brasileira e declarações informais do presidente. Na última seção, faremos uma breve análise de como a disputa se expressou no Congresso Nacional, com as convocações do chanceler Mauro Vieira e o pedido de impeachment contra o presidente, e mobilizou alguns atores subnacionais, como os governadores de São Paulo e Goiás, Tarcísio de Freitas e Ronaldo Caiado, que viajaram para Israel em março de 2024.

O início do conflito: a atuação do Brasil no CSNU e os esforços para a repatriação de brasileiros

A presidência rotativa do Brasil no CSNU coincidiu com o ataque perpetrado por diferentes forças insurgentes palestinas, lideradas pelo Hamas, incidente que deu início ao conflito entre a organização paramilitar palestina e o estado de Israel. Na ocasião, a representação brasileira nas Nações Unidas convocou uma reunião de emergência para encaminhar a questão e buscar uma forma de evitar a escalada do conflito frente a uma eminente retaliação do governo israelense contra a Faixa de Gaza, território palestino onde as forças do Hamas se concentram. Em nota oficial, o MRE condenou o ataque e o uso de violência contra civis, prestando condolências às famílias das vítimas e exortando ambas as partes a conterem suas ações, reforçando o apoio brasileiro aos termos pactuados nos Acordos de Oslo e no reconhecimento da solução de dois Estados⁵.

Em retaliação ao ataque do Hamas, Israel cortou, no dia 11 de outubro, todo o suprimento de energia elétrica e água para a região de Gaza, agravando a situação dos mais de 2,3 milhões de habitantes da Faixa de Gaza⁶. Após o fracasso de uma resolução proposta pela Rússia, votada em 15 de outubro, com apenas cinco votos favoráveis, e um veto dos EUA, o Brasil empreendeu no CSNU esforços para levar a cabo um cessar-fogo humanitário capaz de permitir a evacuação de civis e a entrada de ajuda internacional com alimentos, água potável, combustível e remédios, recursos essenciais para preservar a infraestrutura de assistência a feridos. A representação brasileira buscou redigir um texto capaz de atender os requisitos capazes de reunir apoio da maioria dos membros do colegiado e evitar o veto de algum dos membros permanentes.

Apesar das negociações sobre o texto final da resolução, ela foi vetada pelos EUA na votação realizada em 18 de outubro, sob a justificativa da ausência de

⁵ MRE. Ataques em território israelense, 07/10/2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/ataques-em-territorio-israelense/>. Acesso em 18. jun. 2024.

⁶ BBC. 'Sem água ou luz': a noite em Gaza após cerco de Israel derrubar energia, 11/10/2023. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/articles/c72k4g09n4eo>>. Acesso em 18. jun. 2024.

menção do ‘direito à autodefesa de Israel’ no texto. A resolução, que reuniu 12 votos positivos e duas abstenções, foi seguida por outras duas propostas de resolução, apresentadas em 25 de outubro, uma apresentada pelos EUA, e vetada pela Rússia e pela China, e outra, apresentada pela Rússia, vetada pelos EUA e Reino Unido⁷. A representação brasileira tentou articular uma quinta resolução antes do fim da presidência rotativa, sem sucesso⁸. Apenas em 15 de novembro que o CSNU aprovou uma resolução, proposta por Malta⁹, para uma breve pausa humanitária, e tardou até 25 de março de 2024 para a aprovação de uma nova resolução, proposta pela Argélia, sobre um cessar-fogo humanitário para atender ao mês do Ramadã¹⁰.

O governo brasileiro também envidou esforços na repatriação de mais de 1,5 mil brasileiros que estavam em território israelense e palestino¹¹. Foram realizados 10 voos, partindo de Israel, com brasileiros que estavam no país e na Cisjordânia e outros 3 voos, partindo do Cairo, com brasileiros que estavam na Faixa de Gaza. Ainda assim, a resistência do governo israelense em incluir os brasileiros em território palestino nas listas que autorizam a saída de Gaza ajudou a agravar o mal-estar. Isso porque foram necessárias a emissão de sete listas por Israel para que os brasileiros começassem a ser incluídos na operação, mesmo com os constantes esforços do Itamaraty e do presidente Lula.

As dificuldades enfrentadas no processo de repatriação dos nacionais geraram tensão entre os governos brasileiro e israelense. Segundo integrantes do primeiro, no centro da controvérsia estava o embaixador israelense Daniel Zonshine, que não se mostrou capaz de gerenciar “uma sucessão de erros políticos e diplomáticos”¹² por parte de Israel ao longo do período de negociações após o início do conflito.

⁷ Agência Brasil. Conselho de Segurança da ONU rejeita proposta de resolução dos EUA, 25/10/2023. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2023-10/conselho-de-seguranca-da-onu-rejeita-proposta-de-resolucao-dos-eua>>. Acesso em 18. jun. 2024.

⁸ Agência Brasil. Brasil articula 5ª proposta de resolução em conselho da ONU, 26/10/2023. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2023-10/brasil-articula-5a-proposta-de-resolucao-em-conselho-da-onu>>. Acesso em 18. jun. 2024.

⁹ CNN. Conselho de Segurança da ONU aprova resolução de Malta para guerra em Israel, 15/11/2023. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/resolucao-de-malta-sobre-a-faixa-de-gaza-e-aprovada-no-conselho-de-seguranca-da-onu/>>. Acesso em 18. jun. 2024.

¹⁰ BBC. Conselho de Segurança da ONU aprova pedido inédito de cessar-fogo em Gaza, 25/03/2024. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/articles/cw9zg1j3yy9o>>. Acesso em 18. jun. 2024.

¹¹ Agência Brasil. Grupo de repatriados da Faixa de Gaza chega a Campinas, 26/12/2023. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2023-12/grupo-de-repatriados-da-faixa-de-gaza-chega-campinas>>. Acesso em 18. jun. 2024.

¹² CNN. Controvérsias com embaixador e dificuldades na repatriação: entenda os pontos de tensão entre governo Lula e Israel, 10/11/2023. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/controversias-com-embaixador-e-dificuldades-na-repatriacao-entenda-os-pontos-de-tensao-entre-governo-lula-e-israel/>>. Acesso em 18. jun. 2024.

Entre eles, destacam-se a reação de Israel ao posicionamento do governo Lula na guerra, a disputa por protagonismo na operação da Polícia Federal que investiga suspeitos ligados ao Hezbollah no Brasil¹³ e o encontro de Zonshine com o ex-presidente Jair Bolsonaro¹⁴. No entanto, mesmo com o clima de negociação prejudicado, o Itamaraty optou por priorizar os canais de diálogo com Israel de forma a possibilitar o retorno dos cidadãos brasileiros em segurança.

De um lado, o governo brasileiro argumentava que todos os esforços diplomáticos para a repatriação de seu povo estavam sendo feitos junto ao governo israelense, além do diálogo constante com o Egito para que a operação fosse viabilizada. Nessa conjuntura, o presidente Lula chegou a afirmar que a retirada dos brasileiros de Gaza “dependia da boa vontade de Israel”¹⁵. Do outro lado, o governo israelense alegou não dificultar o processo, atribuindo a demora ao Hamas, que complexificava a situação. Nesse cenário, Zonshine afirmou que “quem domina a Faixa de Gaza é o Hamas” e que a saída de estrangeiros da região dependia da postura do grupo¹⁶.

Após o período de negociações, que teve fim em novembro com a repatriação de quase 1.500 brasileiros, Lula voltou a endurecer o discurso ao receber os últimos cidadãos em Brasília. O presidente classificou as ofensivas israelenses em Gaza como terroristas, comparando-as às do Hamas: “Se o Hamas cometeu um ato de terrorismo e fez o que fez, o Estado de Israel também está cometendo vários atos de terrorismo ao não levar em conta que as crianças não estão em guerra”¹⁷. A fala de Lula e o momento escolhido pelo presidente para fazê-la demonstrou um certo desgaste nas relações do governo brasileiro com Israel. Porém, elas se mantêm ativas e o Itamaraty sinalizou que dará todo apoio a cidadãos que manifestem eventual interesse em regressar ao Brasil.

Assim, a operação de repatriação que teve início logo após o ataque do Hamas permanece de prontidão até o momento para evacuar brasileiros no Oriente Médio

¹³ Brasil de Fato. Investigação da PF sobre Hezbollah começou antes de guerra em Gaza e não teve apoio estrangeiro, diz Flávio Dino, 09/11/2023. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2023/11/09/investigacao-da-pf-sobre-hezbollah-comecou-antes-de-guerra-em-gaza-e-nao-teve-apoio-estrangeiro-diz-flavio-dino>>. Acesso em 18. jun. 2024.

¹⁴ UOL. Itamaraty vê como grave encontro de embaixador de Israel com Bolsonaro, 09/11/2023. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2023/11/09/itamaraty-ve-como-grave-encontro-de-embaixador-de-israel-com-bolsonaro.htm>>. Acesso em 18. jun. 2024.

¹⁵ O Globo. Lula diz que retirada de brasileiros da Faixa de Gaza dependia da 'boa vontade' de Israel, 13/11/2023. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2023/11/13/lula-brasileiros-gaza.ghtml>>. Acesso em 18. jun. 2024.

¹⁶ CNN. Controvérsias com embaixador e dificuldades na repatriação: entenda os pontos de tensão entre governo Lula e Israel, 10/11/2023. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/controversias-com-embaixador-e-dificuldades-na-repatriacao-entenda-os-pontos-de-tensao-entre-governo-lula-e-israel/>>. Acesso em 18. jun. 2024.

¹⁷ Brasil de Fato. Lula endureceu discurso e subiu o tom contra Israel ao longo de quase 40 dias de conflito no Oriente Médio; veja histórico de declarações, 14/11/2023. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2023/11/14/lula-endureceu-discurso-e-subiu-o-tom-contra-israel-ao-longo-de-quase-40-dias-de-conflito-no-orientes-medio-veja-historico-de-declaracoes>>. Acesso em 18. jun. 2024.

com uma possível escalada do conflito entre Israel e Irã, em decorrência do ataque israelense contra a embaixada iraniana na Síria em 1º de abril de 2024. Com os recentes bombardeios do Irã contra o território israelense e de Israel em retaliação ao ataque iraniano, uma nova operação do tipo pode se mostrar necessária.

Duas perspectivas internacionais em choque: governo x oposição

Diversos pontos de tensão entre o governo brasileiro e israelense alimentaram a oposição ao governo Lula contra as diretrizes conduzidas pela diplomacia brasileira. A primeira delas, mais imediata ao ataque do Hamas, foi o não-enquadramento do grupo paramilitar palestino enquanto uma organização terrorista, posição adotada com base na lista de organizações consideradas terroristas pela Organização das Nações Unidas (ONU). Ainda que nas redes sociais o presidente Lula tenha tratado o incidente como um atentado terrorista, o formalismo, a posição mediadora adotada pelo MRE frente ao conflito recém-iniciado e as escolhas do governo brasileiro repercutiram negativamente entre diferentes setores da sociedade, sobretudo junto a direita bolsonarista e ao movimento neopentecostal.

Bolsonaro e seus apoiadores se aproximaram de Israel emulando o alinhamento existente entre o ex-presidente estadunidense, Donald Trump, e Netanyahu, que repercutiu na mudança da embaixada dos EUA de Tel Aviv para Jerusalém¹⁸. Já o movimento neopentecostal tem interesses religiosos e econômicos em relação a Israel, como uma visão milenarista e dispensacionalista, que acredita que a reconstrução do templo em Jerusalém e o retorno de todos os judeus do mundo a Israel acarretará na segunda vinda de Cristo¹⁹. Do ponto de vista econômico, isso mobiliza uma grande rede de agências de turismo religioso que operam para levar pastores e fiéis para conhecer os principais locais da ‘Terra Santa’. Estes grupos construíram suas aproximações com Israel por diferentes razões, mas coincidem em um apoio inflamado e acrítico ao governo israelense, chegando a se apropriar da bandeira do país em protestos e nas redes sociais, ignorando o contexto histórico moderno e justificando os excessos da repressão israelense observados desde o início do conflito.

¹⁸ Opera Mundi. Brasil vai abrir representação comercial em Jerusalém, 31/03/2019. Disponível em: <<https://operamundi.uol.com.br/diplomacia/bolsonaro-desiste-de-embaixada-em-jerusalem-e-anuncia-escritorio-comercial-na-cidade/>>. Acesso em 18. jun. 2024.

¹⁹ BBC. Por que tantos evangélicos defendem Israel?, 10/10/2023. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/articles/clkjxpvjxjgo>>. Acesso em 18. jun. 2024.; Travassos, Deborah Hornblas. Andar com fé: o sionismo cristão e as fronteiras político-identitárias entre o turismo religioso e peregrinação a Israel. Revista de Estudos Orientais, [S. l.], n. 9, p. 161–184, 2021. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/reo/article/view/190684>>. Acesso em: 21. mai. 2024.

Além desses fatores, o tensionamento entre os governos brasileiro e israelense por conta do encontro do embaixador Daniel Zonshine com o ex-presidente Jair Bolsonaro, e a demora na repatriação de brasileiros que estavam em Gaza contribuíram para que a oposição se mobilizasse para utilizar a política externa atual para criticar o governo e se promover. Outro evento, decorrente das declarações do governo israelense sobre a prisão de supostos membros do Hezbollah no Brasil promovida pela Política Federal, também serviu para a oposição defender o alinhamento sem ressalvas a Israel.

O encontro entre Bolsonaro e Zonshine, em 8 de novembro, foi visto pela diplomacia brasileira como um ato grave de interferência em assuntos domésticos, que, somado às aproximações anteriores do embaixador com outras figuras da oposição, colocou sua posição em xeque²⁰. Ademais, a demora de repatriação de nacionais que estavam em Gaza foi percebida por alguns setores do governo como uma possível retaliação israelense aos posicionamentos do Brasil durante a presidência *pro-tempore* no CSNU e pela escolha do MRE em não classificar o Hamas como um grupo terrorista. O chanceler Mauro Vieira e o embaixador brasileiro em Israel, Frederico Meyer, cautelosamente buscaram não alimentar essa narrativa²¹, de modo a evitar prejudicar as negociações. Já a oposição atuou de forma a reforçar estes elementos, em declarações feitas aos veículos de comunicação e discursos no Congresso Nacional. Por fim, a operação da Polícia Federal sobre a atuação de supostos membros do Hezbollah no Brasil foi vista como uma tentativa de instrumentalização política da segurança doméstica por parte do gabinete do primeiro-ministro israelense Benjamin Netanyahu, que à época estava sofrendo críticas pela inteligência militar não ter conseguido prever os ataques do Hamas no próprio país²². Esse episódio fez o ministro da justiça, Flávio Dino, afirmar que “apreciamos a cooperação internacional cabível, mas repelimos que qualquer autoridade estrangeira cogite dirigir os órgãos policiais brasileiros, ou usar investigações que nos cabem para fins de propaganda de seus interesses políticos”, o que demonstrou a insatisfação do governo brasileiro com o ocorrido²³.

²⁰ UOL. Itamaraty vê como grave encontro de embaixador de Israel com Bolsonaro, 09/11/2023. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2023/11/09/itamaraty-ve-como-grave-encontro-de-embaixador-de-israel-com-bolsonaro.htm>>. Acesso em 18. jun. 2024.

²¹ O Globo. 'Brasileiros em Gaza não puderam passar porque posto de controle não foi aberto', diz chanceler sobre operação de repatriação, 10/11/2023. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2023/11/10/mauro-vieira.ghtml>>. Acesso em 18. jun. 2024.

²² O Globo. 'Se escolheram o Brasil, é porque tem gente que os ajuda', afirma embaixador de Israel sobre Hezbollah, 08/11/2023. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2023/11/08/se-escolheram-o-brasil-e-porque-tem-gente-que-os-ajuda-afirma-embaixador-de-israel.ghtml>>. Acesso em 18. jun. 2024.

²³ BBC. Bolsonaro, Hezbollah no Brasil e brasileiros em Gaza: os pontos que elevam tensão entre governo Lula e Israel, 10/11/2023. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/articles/c97r30jld0jo>>. Acesso em 18. jun. 2024.

Esses desconfortos diplomáticos geraram reações do governo que repercutiram negativamente na oposição, que, por sua vez, se engajou para justificar as práticas de Israel e para condenar a gestão de Lula. Um exemplo disso aconteceu no episódio de Zonshine e Bolsonaro, em que a defesa do ex-presidente deixou claro que foi um encontro não planejado, buscando amparar o governo israelense²⁴. Após a recepção negativa da reunião pelo atual governo, a Embaixada de Israel também foi a público afirmar que Bolsonaro não havia sido diretamente convidado para o evento²⁵. Já no que diz respeito à repatriação dos brasileiros em Gaza, outro incômodo aconteceu quando a oposição tentou atribuir a Bolsonaro, após o referido encontro com Zonshine, a libertação dos cidadãos. Ciro Nogueira (PP), Carla Zambelli (PL-SP) e Mário Frias (PL-SP) foram alguns dos nomes que tentaram emplacar essa narrativa, rapidamente rebatida por governistas²⁶. Mauro Vieira, chanceler brasileiro, comentou o ocorrido qualificando como “desinformação” a versão levantada pelos opositores e atribuiu a negociação em torno da operação exclusivamente ao governo Lula, que atuou em interlocução com os representantes de Israel, Egito, Qatar e da Autoridade Palestina para que a repatriação fosse viabilizada²⁷.

Portanto, essas situações evidenciaram a disputa de narrativa em torno do conflito Israel e Hamas no cenário doméstico brasileiro. Nesse contexto, os posicionamentos do presidente Lula e do chanceler Mauro Vieira em relação à postura israelense no conflito, em especial, não foram bem recebidos por esses grupos, inflamando os discursos de oposição ao atual governo. Um importante episódio em que essa tensão se tornou proeminente foi quando Lula comparou as ações de Israel em Gaza ao Holocausto, o que gerou fortes reações não só internacionais, mas no âmbito doméstico²⁸. Nesse caso, a conduta da oposição não ficou restrita apenas a notas de repúdio, mas a ações políticas concretas, que serão detalhadamente abordadas na próxima seção, sendo a convocação de Vieira para prestar explicações no Congresso Nacional uma delas.

²⁴ CNN. Bolsonaro diz que encontro com embaixador de Israel foi fortuito, 09/11/2023. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/bolsonaro-diz-que-encontro-com-embaixador-de-israel-foi-fortuito/>>. Acesso em 18. jun. 2024.

²⁵ Poder360. Israel diz não ter convidado Bolsonaro para reunião no Congresso, 09/11/2023. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/internacional/embaixada-de-israel-nao-convidou-bolsonaro-a-reuniao-no-congresso/>>. Acesso em 18. jun. 2024.

²⁶ Poder360. PT critica Bolsonaro por atribuir a si a saída de brasileiros em Gaza, 10/11/2023. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/congresso/pt-critica-bolsonaro-por-atribuir-a-si-saida-de-brasileiros-em-gaza/>>. Acesso em 18. jun. 2024.

²⁷ Folha de São Paulo. Chanceler chama de 'desinformação' versão bolsonarista sobre resgate de brasileiros em Gaza, 12/11/2023. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2023/11/chanceler-chama-de-desinformacao-versao-bolsonarista-sobre-resgate-de-brasileiros-em-gaza.shtml>>. Acesso em 18. jun. 2024.

²⁸ G1. Lula compara ações de Israel na Faixa de Gaza ao extermínio de judeus na Segunda Guerra; declarações geram reações duras, 18/02/2023. Disponível em: <<https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2024/02/18/lula-compara-acoes-de-israel-na-faixa-de-gaza-ao-exterminio-de-judeus-na-segunda-guerra-declaracoes-geram-reacoes-duras.ghtml>>. Acesso em 18. jun. 2024.

Outros atores e um mesmo tensionamento: a posição do Congresso Nacional e dos governos estaduais

No Congresso Nacional, a posição oficial do governo brasileiro foi antagonizada pela oposição, mas também por membros da base aliada, que manifestaram uma postura crítica a muitas das declarações do presidente Lula, sobretudo em comparações feitas entre a investida militar em Gaza e o Holocausto, em fevereiro de 2024.

Por ocasião do atentado contra Israel, os presidentes da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP- AL), e do Senado Federal, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), apresentaram suas condolências ao povo israelense e, no dia 9 de outubro de 2023, a bandeira de Israel foi projetada no congresso nacional²⁹. Posteriormente, com a investida israelense contra o Hamas em território palestino, que acarretou numerosas baixas de civis e o deslocamento de centenas de milhares de habitantes da Faixa de Gaza, nenhuma das duas lideranças manifestou qualquer consternação com o grau de letalidade da operação militar israelense, se distanciando das tentativas do governo em articular um cessar fogo humanitário.

Nas semanas subseqüentes ao início do conflito, os plenários das duas casas legislativas se converteram em palco para a defesa do direito de autodefesa de Israel, onde a maioria dos parlamentares oposicionistas seguiu, meses a fio, condenando o ataque do Hamas e criticando a posição da diplomacia brasileira por não considerar a milícia palestina como grupo terrorista. A posição de condenação aos danos causados pelas forças militares israelenses contra a população civil, bem como a resistência do governo israelense em permitir a entrada de ajuda humanitária, saída de estrangeiros e negociação de um cessar-fogo foram escassas, mesmo entre os parlamentares governistas.

Enquanto no Congresso via-se esse cenário ameno em críticas a Israel, o mesmo não podia ser notado na presidência. Com o avanço do conflito e das ofensivas israelenses a Gaza, Lula se tornou cada vez mais enfático em sua

²⁹ Poder 360. Lira e Pacheco condenam ataque em Israel: "Inaceitável", 07/10/2023. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/congresso/lira-e-pacheco-condenam-ataque-em-israel-inaceitavel/>>. Acesso em 18. jun. 2024.; Senado Federal, Senado faz homenagem às vítimas dos ataques a Israel, 09/10/2023. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2023/10/09/senado-faz-homenagem-as-vitimas-dos-ataques-a-israel>>. Acesso em 18. jun. 2024.

desaprovação às ações do país sobre a população palestina, falando em genocídio com maior frequência em seus discursos. Nesse quadro, um deles gerou uma crise com consequências políticas internas e externas. Em fevereiro de 2024, durante uma viagem à Etiópia, Lula qualificou mais uma vez como genocídio o que estava acontecendo na Faixa de Gaza. Porém, dessa vez, o presidente comparou a ofensiva de Israel ao Holocausto: “O que está acontecendo na Faixa de Gaza com o povo palestino não existe em nenhum outro momento histórico. Aliás, existiu quando Hitler resolveu matar os judeus”³⁰. Essa fala repercutiu fortemente em Israel, que condenou o discurso como antissemita e insistiu em pedir retratação do presidente brasileiro, que não o fez. A partir do ocorrido, Israel Kratz, ministro das relações exteriores do país, declarou Lula como “*persona non grata*” até que uma retratação fosse feita³¹.

No entanto, os efeitos das declarações de Lula não ficaram restritos ao plano internacional, repercutindo no âmbito doméstico, em especial no Congresso Nacional. Em geral, as críticas mais incisivas se concentraram no setor oposicionista, que se valeu do episódio para protocolar mais um pedido de impeachment de Lula, dessa vez sob alegação de crime de responsabilidade, baseado no Artigo 5º da Constituição Federal. Ao todo, o requerimento protocolado por Carla Zambelli (PL-SP) contou com 143 assinaturas, algumas delas por integrantes de partidos da base do governo, como o União Brasil, PP, PSD e Republicanos³². Porém, sendo esse o 18º pedido de impeachment liderado pela oposição desde 2023, líderes das bancadas do Congresso acreditam que a chance de a ofensiva ter sucesso é mínima, dadas as circunstâncias específicas que um movimento político do tipo exige (crise econômica, pressão popular, forte desaprovação do governo e falta de base de apoio no Congresso)³³. Dentre integrantes da base de seu governo, a fala foi criticada, como pelo líder do governo no Senado, o senador Jaques Wagner (PT-BA), e o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, que fizeram coro às críticas feitas pelo governo israelense e pela oposição ao presidente.

³⁰ O Globo. Lula compara ataques de Israel na Faixa de Gaza à morte de judeus por Hitler, 18/02/2024. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2024/02/18/lula-compara-ataques-na-faixa-de-gaza-a-morte-de-judeus-por-hitler.ghtml>>. Acesso em 18. jun. 2024.

³¹ G1. Israel declara Lula como 'persona non grata' após presidente comparar ação contra palestinos em Gaza ao Holocausto, 19/02/2024. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2024/02/19/israel-declara-lula-como-persona-non-grata.ghtml>>. Acesso em 18. jun. 2024.

³² Agência Brasil. Oposição protocola pedido de impeachment de Lula na Câmara, 23/02/2024. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2024-02/oposicao-protocola-pedido-de-impeachment-de-lula-na-camara>>. Acesso em 18. jun. 2024; O Globo. Quem são os deputados de partidos da base de Lula que assinaram pedido de impeachment por comparação de Israel a Hitler, 20/02/2024. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2024/02/20/quem-sao-os-deputados-de-partidos-da-base-de-lula-que-assinaram-pedido-de-impeachment-por-comparacao-de-israel-a-hitler.ghtml>>. Acesso em 18. jun. 2024.

³³ Folha de São Paulo. Crise Lula-Israel municia bolsonaristas, mas líderes do Congresso descartam avanço de impeachment, 20/02/2024. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2024/02/crise-lula-israel-municia-bolsonaristas-mas-lideres-do-congresso-descartam-avanco-de-impeachment.shtml>>. Acesso em 18. jun. 2024.

Para além da crise diplomática estabelecida entre os governos brasileiro e israelense, o pedido de impeachment de Lula protocolado e a forte reação da opinião pública, em especial da comunidade judaica brasileira, houve o protocolo de uma representação contra o presidente por sua fala junto ao Tribunal Penal Internacional, iniciativa da ala parlamentar bolsonarista. A resolução liderada por Rodolfo Nogueira (PL-MS) foi assinada por 68 congressistas sob alegação de fomento de discurso de ódio e antissemitismo por Lula³⁴. Ademais, o chanceler Mauro Vieira foi convocado ao Senado para explicar a fala do presidente e apresentar um balanço dos trabalhos de 2023. Vieira utilizou o espaço para reafirmar as declarações do mandatário e adicionar sentido a elas: “Quantas vidas mais serão perdidas até que todos atuem para impedir o morticínio em curso? É nesse contexto de profunda indignação que se inserem declarações do presidente Lula. São palavras que expressam a sinceridade de quem busca preservar e valorizar um valor supremo, que é a vida humana.”³⁵

Os desdobramentos da questão, no entanto, não pararam por aí. Após o mal-estar diplomático que se seguiu aos acontecimentos, os governadores de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), e de Goiás, Ronaldo Caiado (União Brasil), visitaram Israel a convite do governo do país. O encontro dos políticos brasileiros com o presidente israelense, Isaac Herzog, e com o primeiro-ministro, Benjamin Netanyahu repercutiu de forma abrangente no cenário doméstico.

De um lado, entre os apoiadores de Bolsonaro, houve a afirmação de que o encontro foi positivo para mostrar que a fala de Lula não reflete a opinião do Brasil como um todo. Do outro, duras críticas foram feitas à forma como os governadores se portaram durante a crise diplomática com Israel, sendo a ação vista como uma instrumentalização política para conquistar uma boa imagem junto aos bolsonaristas e como um desvio de função de seus cargos³⁶. Após a visita, Caiado afirmou ter pedido desculpas às autoridades israelenses pelo discurso do presidente brasileiro, enquanto Freitas disse expressar sua solidariedade ao povo do país, bem como conversar sobre possibilidades de cooperação entre Brasil e

³⁴ O Globo. Deputados bolsonaristas denunciam Lula ao Tribunal de Haia por comparação entre Israel e Hitler, 23/02/2024. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2024/02/23/deputados-bolsonaristas-denunciam-lula-ao-tribunal-de-haia-por-comparacao-entre-israel-e-hitler.ghtml>>. Acesso em 18. jun. 2024.

³⁵ Agência Brasil. Mauro Vieira explica declarações de Lula sobre Israel no Senado, 14/03/2024. Disponível em: <<https://agenciabrasil.etc.com.br/radioagencia-nacional/internacional/audio/2024-03/mauro-vieira-explica-declaracoes-de-lula-sobre-israel-no-senado>>. Acesso em 18. jun. 2024.

³⁶ O Globo. 'Estadistas' e 'visita a genocida': viagem de Tarcísio e Caiado a Israel divide as redes, 20/03/2024. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/blogs/sonar-a-escuta-das-redes/post/2024/03/estadistas-e-abraco-a-genocida-visita-de-tarcisio-e-caiado-a-israel-divide-as-redes.ghtml>>. Acesso em 18. jun. 2024.

Israel. Por fim, após meses depois do episódio, essas foram as últimas repercussões significativas geradas pelo discurso de Lula na África. Sendo assim, as relações entre Brasil e Israel seguem ativas, ainda que tensionadas.

Considerações Finais

Este artigo buscou evidenciar alguns dos tensionamentos no Brasil entre governo e oposição frente ao posicionamento adotado pela diplomacia brasileira no conflito Israel-Hamas. Essa tensão é refletida não só pela conjuntura internacional, mas pela polarização política que segue não resolvida no país. Tem-se, portanto, que o bolsonarismo continua exercendo seu papel em influenciar as dinâmicas políticas internas, podendo ser visto como uma corrente política atuante, onde a política externa passou a representar um importante ponto de divergência. Assim, é possível observar que as diretrizes de política externa do governo Lula em relação a Israel sofrem impacto de discussões domésticas sensíveis instrumentalizadas por movimentos influentes, como o neopentecostal e o de ultradireita. Dessa maneira, vê-se um maior escrutínio interno do que geralmente se espera em matérias de política externa, inclusive no que diz respeito a impulsos eleitoreiros, dada a tradição apática ao tema que pode ser notada no cidadão brasileiro comumente, pois, como pontuam Onuki e Oliveira (2006, p. 145), “diferentemente do que acontece em países desenvolvidos, particularmente nos EUA, a política externa não costuma ser tema central em processos eleitorais nos países latino-americanos.”³⁷

O papel do Itamaraty foi central no contexto apresentado, uma vez que visa equilibrar posições de suporte às linhas gerais apresentadas pelo presidente em seus discursos, com o esforço de preservar as relações diplomáticas com Israel para negociar a paz e buscar soluções para a crise humanitária que aflige a população palestina. A postura do chanceler Mauro Vieira buscou refinar afirmações duras proferidas pelo presidente, dando ênfase ao repúdio à desproporcionalidade observada na reação israelense ao ataque sofrido em 7 de outubro, no reconhecimento de uma solução pacífica de dois Estados e na distinção entre o povo palestino e o Hamas. Diferente de outros governos da América do Sul, que optaram por interromper as relações diplomáticas com Israel

³⁷ Onuki, Janina; Oliveira, Amâncio Jorge de. Eleições, política externa e integração regional. Revista de Sociologia e Política, n. 27, p. 145-155, 2006.

frente à retórica inflamada do governo de Benjamin Netanyahu aos seus principais críticos, o governo brasileiro optou por preservar as relações, mesmo após os sucessivos tensionamentos.

A oposição, por sua vez, mobiliza um imaginário conservador e religioso, e recorre ao uso de bandeiras de Israel em manifestações de apoio ao ex-presidente Jair Bolsonaro e contra o governo de Lula. Ademais, busca, por vias informais, preservar boas relações com representantes do governo israelense. Diferentes fatores convergem para a interpretação de que Israel é um aliado importante para o 'ocidente' imaginado pela ultradireita, onde a causa do povo palestino acaba reduzida a estereótipos islamofóbicos e orientalistas. Nesse sentido, o conflito persiste como uma das principais plataformas para criticar o atual governo e a condução da atual política externa.

Recebido para publicação em 24 de junho de 2024.

As mudanças na diplomacia brasileira em relação à Venezuela: a tentativa de mediação da disputa pelo Essequibo

*Débora Bedim Loures¹
Stephanie Braun Clemente²*

Introdução

O presente trabalho aborda sobre o relacionamento entre o Brasil e a Venezuela na ocasião dos primeiros anos do terceiro governo de Lula da Silva e dos últimos anos do segundo mandato de Nicolás Maduro, que consistem no período de tempo entre 2023 e 2024. Nesses dois anos, as relações entre os Estados vizinhos foram marcadas pela retomada do relacionamento diplomático, reabertura de embaixadas, aproximação política e econômica, bem como por tentativas de mediação à tensões domésticas venezuelanas por parte do Brasil e pela atuação brasileira tendo em vista o contencioso secular que se faz presente no relacionamento entre Venezuela e Guiana, que disputam pelo território do Essequibo de maneira mais ou menos enfática, a depender do momento da história.

O atual governo da Venezuela, sob a presidência de Nicolás Maduro, voltou a repousar o foco de sua política externa para o imbróglio com o país sul americano, principalmente no ano de 2023, momento em que as tensões entre os Estados fronteiriços retomaram movimento de crescimento, desencadeando o temor de que a disputa poderia se elevar para um conflito militar. Tal cenário conturbado tornou-se mais evidente após a realização de um referendo consultivo na Venezuela, em 3 de dezembro de 2023. Após sucesso no referendo (não sem questionamentos acerca dos números oficiais divulgados), os governos de Maduro e de Irfaan Ali experienciaram momentos de tensão.

Os ânimos entre os países vizinhos começaram a ser atenuados devido, principalmente, à atuação de pares regionais, que buscaram amenizar os riscos de

¹ Débora Bedim Loures é doutoranda em Ciências Militares pelo PPGCM/ECEME e pesquisadora no NEAAPE. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3432628581429940>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3831-4817>.

² Stephanie Braun Clemente é doutoranda em Relações Internacionais no PPGR1/UERJ e pesquisadora no NEAAPE. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8399297087812948>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9867-1181>.



que uma guerra assolasse o subcontinente da América do Sul. Esses pares operaram com a demanda de manutenção da paz na região. Dentre eles, peso considerável para o esfriamento das tensões deve-se à atuação do Brasil, sob a presidência de Luiz Inácio Lula da Silva. Tal atuação deu-se devido a vocação brasileira para a mediação de conflitos internacionais e regionais, bem como pela retomada do protagonismo do Brasil no cenário internacional logrado pelo terceiro governo de Lula, após o período em que o país ficou conhecido como pária internacional.

Visto isto, o artigo foi dividido em 5 tópicos, além da introdução e das considerações finais. Ele é iniciado trazendo um resumo acerca do histórico do contencioso entre a Venezuela e a Guiana pela região do Essequibo; após isso, realiza um breve recorrido pelos acontecimentos de 2023, que culminaram na realização do referendo consultivo na Venezuela; posteriormente, o foco do trabalho repousa na análise acerca da busca pela mediação desse conflito por parte do Brasil, apresentando o primeiro encontro entre as partes da disputa; logo após, considerações sobre o segundo encontro entre representantes da Venezuela e da Guiana, que aconteceu no Brasil, são feitas; por fim, tem-se notas acerca da atuação do Brasil após os encontros mencionados, com vistas a responder a indagação sobre se o país manteve a busca pela mediação nos meses subsequentes.

O Essequibo em disputa: histórico do contencioso

A região do Essequibo (ou Guiana Essequiba) consiste em um território de 159.500 km² ³, com população de cerca de 125 mil habitantes⁴, que além da porção territorial composta por selva densa, possui riquezas que demonstram sua importância (principalmente para a economia da Guiana, mas também ilustra o interesse venezuelano na área). Em relação às riquezas salientadas, a maior parte do território é composto pela Floresta Amazônica e possui reservas de ouro, gás, bauxita, diamantes e, principalmente, petróleo offshore, descoberto em 2015 pela corporação estadunidense Exxon Mobil⁵. De tal maneira, tendo compreendido a relevância da região do Essequibo, é preciso contextualizar que tal território tem sido o epicentro de uma disputa territorial que coloca a Guiana e a Venezuela uma

³ VASCONCELOS, Severina Abreu. Essequibo: percepção venezuelana sobre o litígio territorial, 1966-2012. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/130780/000977838.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 31. mai. 2024.

⁴ CNN Brasil. Entenda a riqueza de Essequibo e como ela contribuiu para o crescimento da Guiana. 2023. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/entenda-a-riqueza-de-essequibo-e-como-ela-contribuiu-para-o-crescimento-da-guiana/>>. Acesso em: 31. mai. 2024.

⁵ CNN Brasil, *Op Cit.*

contra a outra há mais de 180 anos. Caracas e Georgetown nunca conseguiram chegar a um acordo sobre o traçado da fronteira que as separa e a região de Essequibo aparece frequentemente nos mapas venezuelanos com uma linha chamada “Zona de Recuperação”. Trata-se de um litígio que tem múltiplos episódios, dentre os quais os mais importantes consistem no Tratado de Paris⁶, de 1899 e o Acordo de Genebra⁷, de 1966⁸. Pertence à Guiana desde que o país se tornou independente da Inglaterra, em 1966. Desde o século XIX, pertencia ao Império Britânico⁹.

Após a assinatura do Acordo de Genebra, a disputa pelo Essequibo passou por altos e baixos, inclusive, o processo sobre a disputa foi encaminhado para a Corte Internacional de Justiça (CIJ) em 2018 e até hoje não teve uma resolução, posto que a Venezuela se recusa a negociar em tal instância e defende a validade do Acordo de Genebra¹⁰. Por sua vez, a pauta da defesa do Essequibo como venezuelano tem se tornando um assunto delicado e com a capacidade de florescer o sentimento de nacionalismo entre os venezuelanos. Logo, é um tema que seguiu latente ao longo da história do país, tendo sido mobilizado por partidos tanto de direita quanto de esquerda (ainda que em alguns momentos tenha sido um tema menos capilarizado pelos governantes, como foi o caso do tratamento ao assunto pela administração do antigo presidente Hugo Chávez)¹¹ e, atualmente, sendo um tema capaz de unir tanto apoiadores do governo quanto da oposição ao chavismo-madurismo, sob o lema de que “O Essequibo é da Venezuela”¹².

⁶ Em tal Tratado, também conhecido como Laudo Arbitral de Paris, foi instituída uma comissão de arbitragem, que se colocou a favor do Reino Unido no que se referia ao controle do território do Essequibo, estabelecendo a “Linha Schomburgk” como fronteira entre tal território e a Venezuela. Disponível em: <<https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-55812079>>. Acesso em: 31. mai. 2024.

⁷ Desde a decisão do Laudo Arbitral de Paris, a Venezuela interpreta que o Essequibo foi tomado de maneira ilegal e ilegítima pela Grã Bretanha e passou a reivindicar o território. Assim sendo, por conta da insistência venezuelana em revisar o Tratado de Paris, em 1966 as partes se reuniram com o intuito de criar uma Comissão Mista para solucionar a controvérsia, o que resultou na assinatura do Acordo de Genebra, que reconheceu as reclamações venezuelanas e buscou encontrar soluções consideradas como satisfatórias pelas partes da Venezuela. Disponível em: <<http://www.revistageopolitica.com.br/index.php/revistageopolitica/article/view/497>>. Acesso em: 31. mai. 2024.

⁸ DO NASCIMENTO, Mário Brasil. Análise da Conjuntura de tensão entre Venezuela e Guiana. Disponível em: <<http://www.revistageopolitica.com.br/index.php/revistageopolitica/article/view/497>>. Acesso em: 31. mai. 2024.

⁹ EFECTO COCUYO, Por qué se agudizó la disputa por el Esequibo, la zona que enfrenta a Guyana y Venezuela desde hace casi dos siglos. 2023. Disponível em: <<https://efectococuyo.com/politica/por-que-se-agudizo-la-disputa-por-el-essequibo-la-zona-que-enfrenta-a-guyana-y-venezuela-desde-hace-casi-dos-siglos-2/>>. Acesso em: 31. mai. 2024.

¹⁰ EFECTO COCUYO, Venezuela ratificó vigencia de acuerdo firmado en 1966 para resolver disputa sobre el Esequibo. 2024. Disponível em: <<https://efectococuyo.com/politica/venezuela-ratifico-vigencia-de-acuerdo-firmado-en-1966-para-resolver-disputa-sobre-el-essequibo/>>. Acesso em: 31. mai. 2024.

¹¹ VASCONCELOS, *Op Cit*.

¹² EL NACIONAL, «El Esequibo es de Venezuela», el reclamo que une al chavismo y a la oposición. 2023. Disponível em: <<https://www.elnacional.com/venezuela/el-essequibo-es-de-venezuela-el-reclamo-que-une-al-chavismo-y-a-la-oposicion/>>. Acesso em: 31. mai. 2024.

O mês de dezembro de 2023 e o referendo consultivo

Assim sendo, o governo de Nicolás Maduro (2013-atual), em diversos momentos também partilhou da defesa do território do Essequibo, principalmente ao buscar deslegitimar a atuação da CIJ. Tal cenário se tornou mais latente a partir do mês de setembro de 2023. Na ocasião, os acontecimentos culminaram na decisão de convocar a população para votar em um referendo consultivo acerca dos direitos da Venezuela sobre o território. Entrementes, também é preciso pontuar acerca da proximidade da realização das primárias opositoras em tal momento, que aconteceu em outubro de 2023¹³ e que, possivelmente, foi um dos motivos que impulsionou a realização do referendo. No dia 03 de dezembro de 2023, o referendo consultivo foi realizado. Ainda que a participação popular na votação tenha sido aquém do desejado¹⁴, de acordo com dados conferidos pelo Conselho Nacional Eleitoral (CNE) da Venezuela, cerca de 96% dos votos válidos¹⁵ aprovaram a criação do estado da Guiana Essequiba, agora como parte da Venezuela (ainda que pesem dúvidas acerca da confiabilidade das informações oficiais¹⁶).

Tendo em vista tal panorama, é preciso salientar que devido à insatisfação por parte da Guiana, que afirmava que não abriria mão de tal parte considerável de seu território, bem como da subida do tom por parte do governo venezuelano com os anúncios realizados, o mundo presenciou um arrefecimento dos ânimos entre as partes envolvidas em tal disputa secular. Diante de tal cenário, pares regionais e outros Estados no sistema internacional começaram a olhar para a disputa com medo de que ela se transpusesse para o campo militar. Contudo, a ação de Estados vizinhos, com atuação inicial preponderante por parte do Brasil¹⁷, logrou frear a escalada de tensões, bem como arrefeceu os ânimos entre as partes, como será visto nas próximas seções do trabalho.

¹³ EFECTO COCUYO, María Corina Machado gana las primarias. 2023. Disponível em: <<https://efectococuyo.com/politica/maria-corina-machado-obtiene-9313-con-26-de-votos-totalizados/>>. Acesso em: 01. jun. 2024.

¹⁴ EL NACIONAL, Votar por el Esequibo, un llamado con poca respuesta. 2023. Disponível em: <<https://www.elnacional.com/venezuela/votar-por-el-essequibo-un-llamado-con-poca-respuesta/>>. Acesso em: 01. jun. 2024.

¹⁵ EL NACIONAL, Resultados del referendo aumentan los cuestionamientos hacia el CNE. 2023. Disponível em: <<https://www.elnacional.com/venezuela/resultados-del-referendo-aumentan-los-cuestionamientos-hacia-el-cne/>>. Acesso em: 01. jun. 2024.

¹⁶ EL NACIONAL, Resultados del referendo aumentan los cuestionamientos hacia el CNE. 2023. Disponível em: <<https://www.elnacional.com/venezuela/resultados-del-referendo-aumentan-los-cuestionamientos-hacia-el-cne/>>. Acesso em: 02. jun. 2024.

¹⁷ EL NACIONAL, Brasil afirma que sigue conversando con Venezuela y Guyana a espera de una solución pacífica. 2023. Disponível em: <<https://www.elnacional.com/venezuela/brasil-afirma-que-sigue-conversando-con-venezuela-y-guyana-a-espera-de-una-solucion-pacifica/>>. Acesso em: 01. jun. 2024.

A tentativa de mediação do conflito pelo governo brasileiro

Após o resultado do referendo, a diplomacia brasileira, através da Secretaria para a América Latina, se absteve de comentar sobre ele uma vez que “é um assunto interno da Venezuela” e continuou a afirmar que o Brasil busca o diálogo de alto nível com os dois países e espera que haja uma solução pacífica para este conflito¹⁸. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, comentou sobre a decisão do referendo durante a rodada de imprensa na COP 28, realizada em Dubai, e afirmou esperar o “senso comum” das partes envolvidas para que este conflito não se generalize na América do Sul. Apesar disso, nos dias seguintes do resultado do referendo, Nicolás Maduro nomeou um General para assumir como governador na Guiana Essequiba e anunciou a emissão de licenças para a exploração de petróleo na costa de Essequibo. Em contraste, o presidente da Guiana, Mohamed Irfaan Ali, pediu auxílio da ONU e dos EUA. Em nota, a embaixada dos EUA na Guiana reafirmou o compromisso norte-americano em manter a segurança do país. Este anúncio foi visto como uma “provocação” às autoridades venezuelanas¹⁹.

Por conta do aumento de tensões diplomáticas entre os dois países, a decisão do mandatário brasileiro foi, inicialmente, reforçar a presença das Forças Armadas em Roraima, estado localizado no norte do país, para intensificar a segurança na fronteira com a Venezuela e com a Guiana. Segundo o Ministério da Defesa, foram enviados 16 viaturas blindadas e 12 jipes²⁰ para incorporar uma brigada de infantaria composta por mais de 2.000 militares, realizando atividades de “vigilância e proteção do território nacional”²¹. Esta escalada de tensões, voltou a preocupar as autoridades brasileiras, principalmente pela possibilidade de um conflito bélico acontecer na América do Sul e, especificamente, sendo os dois envolvidos no confronto vizinhos do Brasil. Além disso, em entrevista ao Canal Meio, Celso Amorim, Assessor-Chefe da Assessoria Especial do Presidente da República do Brasil, afirmou que a possibilidade de um conflito na região poderia criar pretexto para a instalação de bases militares estrangeiras na Amazônia. Em suas palavras, “Não estamos falando

¹⁸ EL NACIONAL, *Op Cit.* Acesso em: 01. jun. 2024.

¹⁹ BBC NEWS BRASIL. Essequibo: or que crise ressuscita temor do Brasil sobre presença militar dos EUA na Amazônia. 2023. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/articles/c72vper4847>> Acesso em 01. jun. 2024.

²⁰ CNN BRASIL. Tensão na Venezuela: Exército brasileiro antecipa envio de reforço militar para Roraima. 2023. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/tensao-na-venezuela-exercito-brasileiro-antecipa-envio-de-reforco-militar-para-roraima/>> Acesso em 01. jun. 2024.

²¹ EL NACIONAL. Claves sobre el papel de Brasil en la disputas entre Venezuela y Guyana. 2023. Disponível em: <<https://www.elnacional.com/mundo/claves-sobre-el-papel-de-brasil-en-la-disputa-entre-venezuela-y-guyana/>> Acesso 02. jun. 2024.

da Amazônia, que sempre foi objeto de preocupação de nossa parte”²².

É neste cenário que o presidente Lula começou a se movimentar para buscar diálogo entre o presidente venezuelano e o guianense. No dia 7 de dezembro, na 63ª Cúpula do Mercosul, realizada no Rio de Janeiro, Lula ofereceu o Brasil como sede para reuniões, com a finalidade de mediar o conflito entre Venezuela e Guiana. Além disso, afirmou que o bloco sul-americano “não pode ficar alheio” ao crescimento das tensões na região. Outra alternativa estudada pelo governo brasileiro para diminuir as tensões foi acionar o foro regional, Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), do qual ambos os países são membros, para auxiliar na mediação do conflito²³. É importante salientar a importância da posição do Brasil em assumir o papel de mediador dos conflitos da região devido, principalmente, a tradição histórica da diplomacia brasileira na solução pacífica de controvérsias feitas em outros eventos no continente, assim como é um ambiente em que o país assume seu posto de potência regional, utilizando seus instrumentos diplomáticos para recobrar o prestígio dentro da comunidade sul-americana. Logo, além de envolver questões de segurança estratégica do território, a mediação de conflitos pode aumentar a influência brasileira dentro de sua principal zona de influência, a América do Sul.

Após tais movimentos iniciais, no dia 14 de dezembro, Nicolás Maduro e Irfaan Ali se reuniram em San Vicente e Granadinas para abordar sobre o conflito territorial que acontece entre os países. Este encontro foi uma proposta feita pelo presidente Lula da Silva e Ralph Gonsalves, presidente de San Vicente e Granadinas que assumiu a presidência pro tempore da CELAC. O território de San Vicente e Granadinas foi oferecido pelo presidente Gonsalves através de uma ligação feita ao Lula em que, ambos os presidentes, sugeriram que acontecesse a reunião entre Guiana e Venezuela²⁴.

Segundo informações divulgadas por Gonsalves, outras autoridades assistiram à reunião como funcionários da ONU, o primeiro-ministro de Dominica, Roosevelt Skerrit, que preside temporariamente o Mercado Comum e a Caricom, além de autoridades de Trindade y Tobago, Barbados, Santa Lucía, Granada e Bahamas.

²² BBC NEWS. Lula oferece Brasil para sediar mediação entre Venezuela e Guiana. 2023. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/articles/c72re22k2weo>> Acesso em 02. jun. 2024.

²³ BBC NEWS. Op Cit. Acesso: 02. jun. 2024.

²⁴ CARTA CAPITAL. Brasil sediará reunião entre Venezuela e Guiana no caso do Essequibo. 2023. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/mundo/brasil-sediara-reuniao-entre-venezuela-e-guiana-no-caso-do-essequibo/>> Acesso em 02. jun. 2024.

Celso Amorim foi designado por Lula para assistir a reunião no país caribenho. Segundo as autoridades, esta reunião tinha como objetivo principal baixar as tensões entre os países e não propor negociações sobre as fronteiras e Essequibo²⁵.

Como resultado da reunião, tanto a Venezuela como a Guiana acordaram não se ameaçar ou utilizar a força como um caminho para a solução das diferenças sobre o território de Essequibo, ao passo que acordaram manter uma convivência pacífica na região. Além disso, os Estados concordaram em manter o diálogo sobre assuntos em comum entre eles e afirmaram que não irão incitar qualquer tipo de conflito, prevalecendo o respeito aos tratados internacionais firmados pelos países, principalmente, o Acordo de Genebra de 1966. O acordo assinado também reafirma o papel do Brasil, da CELAC e da Caricom como atores fundamentais para que os diálogos e a cooperação entre a Venezuela e a Guiana continuem acontecendo. Assim, no texto do Acordo, está descrito que “[...] ambos os Estados acordaram que o presidente da CELAC, Caricom e Lula serão os interlocutores”, além disso destacou a figura de António Guterres, Secretário-Geral da ONU, como observador²⁶.

De imediato, ficou estabelecida uma comissão mista entre os Ministros das Relações Exteriores da Venezuela e da Guiana para abordarem assuntos comuns entre os países. Além disso, novas reuniões foram marcadas para dar continuidade ao processo de mediação. Em um prazo de três meses, a nova reunião entre as autoridades aconteceu em Brasília e a comissão deveria apresentar atualizações sobre o caso²⁷.

Segundo encontro entre Venezuela e Guiana, no Brasil

No primeiro trimestre do ano de 2024, o Brasil sediou o segundo encontro entre os governos venezuelano e guianense. Neste encontro, os dois Ministros das Relações Exteriores, Yván Gil Pinto e Hugh Tood, promoveram uma nova rodada de diálogo sob mediação do governo brasileiro, por meio do Ministro Mauro Vieira, e dos

²⁵ EL NACIONAL. Nicolás Maduro e Irfaan Ali abordan la disputa por el Esequibo en reunión regional. 2023. Disponível em: <<https://www.elnacional.com/venezuela/maduro-e-irfaan-abordan-la-disputa-por-el-essequibo-en-reunion-regional/>> Acesso em: 02. jun. 2024.

²⁶ EFECTO COCUYO. Guyana y Venezuela acuerdan no amenazarse ni elevar el tono por el Esequibo. 2023. Disponível em: <https://efectocucuyo.com/politica/guyana-y-venezuela-acuerdan-no-amenazarse-ni-elevar-el-tono-por-el-essequibo/?utm_medium=email> Acesso em 02. jun. 2024.

²⁷ CARTA CAPITAL, *Op Cit.*



governos de São Vicente e Granadinas e de Dominica²⁸. Em nota, o governo brasileiro afirmou que a reunião foi “estabelecida pela Declaração de Argyle para o Diálogo e a Paz entre Guiana e Venezuela, adotada em 14 de dezembro passado”. Ademais, a administração brasileira menciona a necessidade de “valorizar o compromisso da Guiana e da Venezuela com o processo de diálogo ora em curso, facilitado por atores e mecanismos regionais”²⁹.

O objetivo da reunião apresentou um caráter mais geral, buscando tratar o conflito de Essequibo, bem como visando o fortalecimento das relações e cooperação entre os dois governos. Logo, o encontro representa “um esforço, intermediado pelo Brasil, na retomada da confiança entre os dois países, discutindo uma cooperação mais ampla e um canal mais aberto entre eles”³⁰. A reunião de chanceleres antecede um encontro entre os presidentes Maduro e Irfaan Ali, que também acontecerá em Brasília, mas não apresenta uma data marcada. O aceite representaria a visão tanto da Venezuela quanto da Guiana de ter o Brasil como um facilitador do diálogo.

Neste meio tempo, no final do mês de fevereiro, Lula realizou uma viagem para a capital da Guiana, Georgetown, para participar da 46^o Cúpula de Chefes de Governo da Caricom. Após sua participação na cúpula, o presidente realizou uma reunião com Irfaan Ali para tratar das relações bilaterais dos países, ocasião em que ambos afirmaram que não conversaram sobre Essequibo. Apesar disso, Lula em seu discurso, fortaleceu a solução pacífica de controvérsias e criticou os conflitos armados que acontecem pelo mundo, afirmando que o continente sul-americano deve seguir sendo uma zona pacífica no planeta³¹.

A atuação do Brasil nos meses seguintes: o país ainda busca ser um mediador?

No que tange os impactos para o Brasil decorrentes da escalada retórica na disputa entre as partes da Venezuela e da Guiana, tem-se a constatação da necessidade de aperfeiçoamento das capacidades de defesa nacionais, focando em sua porção setentrional, afinal foi evidenciada a uma dificuldade na logística militar

²⁸ AGÊNCIA BRASIL. Chanceleres de Venezuela e Guiana se reúnem para discutir Essequibo. 2024. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2024-01/chanceleres-de-venezuela-e-guiana-se-reunem-para-discutir-essequibo>> Acesso em 02. jun. 2024.

²⁹ CNN BRASIL. Chanceleres de Venezuela e Guiana vão se reunir em Brasília para discutir Essequibo. 2024. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/chanceleres-de-venezuela-e-guiana-vaio-ser-reunir-em-brasilia-para-discutir-essequibo/>> Acesso em 02. jun. 2024.

³⁰ G1. Em meio à crise sobre Essequibo, Itamaraty recebe reunião entre Guiana e Venezuela. 2024. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2024/01/25/em-meio-a-crise-sobre-essequibo-itamaraty-recebe-reuniao-entre-guiana-e-venezuela.ghtml>> Acesso em 02. jun. 2024.

³¹ PODER 360. Sem citar a Venezuela, Lula pede paz ao lado do presidente da Guiana. 2024. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/internacional/sem-citar-a-venezuela-lula-pede-paz-ao-lado-do-presidente-da-guiana/>> Acesso em 02. jun. 2024.

caso fosse necessário conter de imediato operações ofensivas pelo estado de Roraima; outro ponto consistiu na percepção do risco de o Brasil não ser o par escolhido para mediar as tensões, posto que a Guiana solicitou apoio dos EUA para sua defesa; e, o imbróglio ainda demonstrou a vulnerabilidade do Brasil devido à dependência energética existente em relação à energia venezuelana para o abastecimento de Roraima³².

Para mais, após episódios concernentes à política doméstica na Venezuela, os quais consistiram no descumprimento³³ de pontos acordados em Barbados³⁴ entre o governo e a oposição venezuelana, o reforço da inabilitação política da opositora Maria Corina Machado³⁵, bem como as barreiras impostas³⁶ para a inscrição de sua sucessora, Corina Yoris, no sistema eleitoral, o governo brasileiro poderia se prejudicar ao manter tanta proximidade da administração de Maduro. Devido a isto, o presidente brasileiro começou a endurecer o tom com o homólogo venezuelano acerca das eleições no país vizinho, que estão agendadas para o dia 28 de julho. Em março, o Itamaraty divulgou uma nota em que manifestava preocupação com o desenrolar do processo eleitoral na Venezuela, por conta do impedimento para o registro de Yoris, o que marcou a mudança de tom, posto que o Brasil evitava realizar críticas públicas à Maduro³⁷.

De acordo com a nota do Itamaraty, foi reconhecido o descumprimento venezuelano do Acordo de Barbados, assinado no final de 2023 entre o governo de Maduro e a oposição venezuelana, mediado pela Noruega, para que haja garantias de um processo eleitoral transparente no país. O Acordo representou ser um “passo importante” para que a Venezuela “retome à normalidade”, entretanto, segundo o texto, o presidente venezuelano não poderia estabelecer barreiras para a proibição das candidaturas dos partidos de oposição, esta que não foi cumprida³⁸. A nota também acrescentou que “o Brasil está pronto para, em conjunto com outros membros da comunidade internacional, cooperar para que o pleito anunciado para 28 de julho constitua um passo firme para que a vida política se normalize e a

³² DO NASCIMENTO, *Op Cit.*

³³ EFECTO COCUYO, 8 violaciones a los Acuerdos de Barbados que la Plataforma Unitaria denunció ante Noruega. 2024. Disponível em: <<https://efectococuyo.com/politica/8-violaciones-a-los-acuerdos-de-barbados-que-la-plataforma-unitaria-denuncio-ante-noruega/>>. Acesso em: 02. jun. 2024.

³⁴ EFECTO COCUYO, Gobierno y Plataforma Unitaria acuerdan garantías electorales y presidenciales para el segundo semestre de 2024. 2023. Disponível em: <<https://efectococuyo.com/politica/gobierno-y-plataforma-unitaria-acuerdan-garantias-electorales-y-proteccion-de-activos-en-barbados/>>. Acesso em: 01. jun. 2024.

³⁵ EFECTO COUYO, Machado sobre sentencia del TSJ: Declararon el fin de la tiranía. 2024. Disponível em: <https://efectococuyo.com/politica/machado-sobre-sentencia-del-tsj-declararon-el-fin-de-la-tirania/?utm_medium=email>. Acesso em: 02. jun. 2024.

³⁶ EL NACIONAL, ¿Cómo se impidió la inscripción de Corina Yoris como candidata unitaria ante el CNE?. 2024. Disponível em: <<https://www.elnacional.com/venezuela/como-se-impidio-la-inscripcion-de-corina-yoris-como-candidata-unitaria-ante-el-cne/>>. Acesso em: 02. jun. 2024.

³⁷ BBC BRASIL, Por que governo Lula endureceu tom com Maduro sobre eleição na Venezuela?. 2024. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/articles/c84dken2d9lo>>. Acesso em: 02. jun. 2024.

³⁸ PODER 360º Lula elogia acordo entre governo e oposição por eleição na Venezuela. 2023. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/internacional/lula-elogia-acordo-entre-governo-e-oposicao-por-eleicao-na-venezuela/>> Acesso em 24. jun. 2024.

democracia se fortaleça na Venezuela, país vizinho e amigo do Brasil”³⁹. Apesar disso, o governo brasileiro manteve sua posição sobre as sanções petrolíferas da Venezuela, repudiando qualquer nova aplicação de sanções imposta ao país, afirmando que estas ações irão prejudicar a população do país⁴⁰.

Após este episódio, Maduro promulgou a lei para anexação do território de Essequibo à Venezuela. Esta ação do presidente venezuelano acontece uma semana depois que o presidente Lula adotou um tom cauteloso e duro perante aos acontecimentos sobre o sistema eleitoral da Venezuela⁴¹. Inicialmente, a proximidade de Lula com Maduro era vista como um trunfo para o Brasil como mediador do conflito, entretanto, as mudanças de atitudes do presidente brasileiro provocaram um afastamento entre eles. Isto foi refletido com a recusa do Palácio de Miraflores, sede da presidência da Venezuela, e a Justiça Eleitoral de falar com Celso Amorim, enviado especial de Lula para negociar a disputa na região de Essequibo⁴².

De tal forma, após tais desdobramentos, o Brasil tem se mostrado mais contido no que se refere à política venezuelana, o que se traduz também, nesse caso, em um afastamento de sua postura mediadora. Há ainda a presença de outro ator sul-americano que busca pela paz na região, a Colômbia, presidida por Gustavo Petro. Em 27 de maio, Petro declarou já ter pronta sua proposta de “paz política” para ser apresentada a Maduro, que visa a realização de um plebiscito após as eleições presidenciais, com a finalidade de garantir um “pacto democrático”⁴³. Esta proposta foi avaliada e divulgada ao Itamaraty que confirmou o seu apoio à iniciativa colombiana⁴⁴.

Os principais pontos da proposta são: o governo e oposição firmaram um pacto amplo no qual se comprometem a respeitar o resultado das eleições e a não perseguição quem perder a disputa eleitoral; o acordo seria levado a plebiscito no qual a população venezuelana seria chamada para se manifestar a favor ou contra o acordo; e o plebiscito seria feito, segundo a proposta inicial, no mesmo dia das

³⁹ CNN. Brasil reconhece que a Venezuela descumpriu acordo por garantias eleitorais. 2024. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/brasil-reconhece-que-venezuela-descumpriu-acordo-por-garantias-eleitorais/>> Acesso em 24. jun. 2024.

⁴⁰ CNN. *Op cit.*

⁴¹ CNN. Itamaraty adota cautela antes de se manifestar sobre a decisão de Nicolás Maduro. 2024. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/itamaraty-adota-cautela-antes-de-se-manifestar-sobre-decisao-de-nicolas-maduro/>> Acesso em 24. jun. 2024.

⁴² G1. Nota crítica do Brasil à Venezuela reflete incômodo com eleição no país vizinho e telefonema frustrado. 2024. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2024/03/26/nota-critica-do-brasil-a-venezuela-reflete-incomodo-com-eleicao-no-pais-vizinho-e-telefonema-frustrado.ghtml>> Acesso em 24. jun. 2024.

⁴³ EFECTO COCUYO, Petro ya cuenta con la propuesta de “paz política” que presentará a Maduro, según El País. 2024. Disponível em: <<https://efectococuyo.com/politica/petro-ya-cuenta-propuesta-paz-politica-presentara-maduro-el-pais/>>. Acesso em: 02. jun. 2024.

⁴⁴ BBC NEWS. A proposta da Colômbia para destravar eleições na Venezuela apoiada pelo Brasil. 2024. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/articles/c72p812yyxvo>> Acesso em 24. jun. 2024.

eleições presidenciais (28 de julho)⁴⁵. Até o momento não aconteceu manifestação do governo venezuelano sobre a proposta colombiana, entretanto demonstra ser uma iniciativa de um parceiro sul-americano na busca de diminuir a crise política venezuelana.

Além do mais, os próximos episódios acerca da disputa secular entre a Venezuela e a Guiana ainda são incertos, afinal, por parte do governo de Maduro, a realização das eleições presidenciais é pauta de relevância. Todavia, a hipótese de que um conflito bélico com a Guiana poderia ser efetuado com o intuito de adiar ou suspender a realização das presidenciais não foi excluída completamente⁴⁶.

Considerações finais

A disputa por Essequibo entre Venezuela e Guiana é uma competição histórica que remarca mais de um século de acontecimentos na América do Sul. Por isso, a resolução deste conflito não é algo imediato e será feita a longo prazo, principalmente por envolver a jurisdição de diferentes acordos internacionais estabelecidos pelos Estados na busca da solução pacífica de controvérsias. É neste cenário que se enxerga a complexidade do conflito, quando ambos os países utilizam-se de diferentes portes do direito internacional para estabelecer seu direito sobre o território de Essequibo.

Apesar desse cenário complexo, o papel de mediação do Brasil, com a figura do presidente Lula, e dos outros atores como o presidente Ralph Gonsalves, de São Vicente e Granadinas, e Roosevelt Skerrit, primeiro-ministro de Dominica, conseguiram fazer com que os Estados partissem para a resolução pacífica de controvérsias, através do diálogo e reuniões para negociações, do que o uso direto da força. Isto remarca a presença e a preocupação brasileira perante a região da América do Sul, sendo a região um dos principais eixos da política externa brasileira após a retomada do mandatário na presidência brasileira. Em seu discurso nos encontros da Caricom e da CELAC, no final de fevereiro de 2024, Lula retoma a importância de manter a região uma zona pacífica e integrada. Portanto, se engajar como um dos principais nomes na mediação do conflito entre Venezuela e Guiana é de suma importância para construir a imagem do Brasil como potência regional e internacional. O presidente Lula é uma figura

⁴⁵ BBC NEWS. *Op Cit.*

⁴⁶ EL NACIONAL, Guerra con Guyana: ¿Se atreverá Maduro a suspender las elecciones presidenciales?. 2024. Disponível em: <<https://www.elnacional.com/venezuela/guerra-con-guyana-se-atreverá-maduro-a-suspender-las-elecciones-presidenciales/>>. Acesso em: 02. jun. 2024.

importante neste processo por manter seus bons ofícios e diplomacia com os demais presidentes da região, logo sua relação com Maduro e com Irfaan Ali contribuiu para que os dois presidentes aceitassem dialogar e cooperar entre si para a solução deste conflito histórico na região.

Recentemente, o conflito entre os dois Estados parece ter estagnado, sem nenhum novo movimento brasileiro ou dos outros países para continuar a mediação do conflito. É importante ressaltar que apesar de não haver novas mediações, o assunto não deixa de ser importante foco de atenção para as autoridades brasileiras. Analisando o contexto nacional venezuelano, com a realização de eleições no final do mês de julho de 2024, entende-se que o foco dos partidos e do próprio Nicolás Maduro, candidato à reeleição na Venezuela, estão repousados nos últimos momentos da campanha eleitoral. Até mesmo analistas no assunto remetem às ações em Essequibo como um grande propaganda estratégica eleitoral realizada por Maduro, já que este é um assunto que mexe com o sentimento de patriotismo entre os venezuelanos. Será importante observar o resultado das eleições e como o vencedor irá retomar o conflito de Essequibo e como ficará as relações com a Guiana após a realização da eleição no país.

Recebido para publicação em 26 de junho de 2024.



O NEAAPE reúne pesquisadoras e pesquisadores dedicados a compreender o processo decisório e os temas que integram as agendas de política externa por meio de estudos e análises sobre distintos países, seja de forma individual ou sob uma perspectiva comparada. O NEAAPE também produz textos, mapas, infográficos, tabelas e entrevistas que ilustram e problematizam este campo de pesquisa e reflexão. Criado em 2016, o Núcleo dá continuidade às pesquisas realizadas no âmbito da extinta Rede de Agendas e Atores de Política Externa que foi responsável, com apoio do CNPq, por avançar a reflexão sobre a política externa como uma política pública.



NEAAPE

Núcleo de Estudos
Atores e Agendas de Política Externa

2024